GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE-SESAB

TERMO DE REFERÊNCIA

(x) CONTRATAÇÃO DIRETA (**Dispensa Eletrônica**)

Processo Administrativo n°:* 019.8599.2026.0189997-04

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A prestação de serviços dos itens, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Participação [ampla/exclusiva]	Lote/ Item	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	Cronograma /Prazo
Exclusiva	1	65.02.19.00111657-6	ATENOLOL, comprimido 25mg	Un	1500	30/11/2026
Exclusiva	2	65.02.19.00123184-7	ATROPINA, sulfato 10mg/mL (1%), solucao oftalmica, frasco 5mL	Un	100	30/11/2026
Exclusiva	3	65.02.19.00125707-2	CEFUROXIMA 750mg, frasco-ampola.	Un	100	30/11/2026
Exclusiva	4	65.02.19.00121141-2	CLOREXIDINA 2%, solucao alcoolica, almotolia com 100ml.	Un	4500	30/11/2026
Exclusiva	5	65.02.19.00002650-6	CLORPROMAZINA, solucao injetavel 5 mg/ml	Un	50	30/11/2026
Exclusiva	6	65.02.19.00016610-3	DESMOPRESSINA acetato de 0,1mg/mL spray nasal. Frasco com 25 doses de 10 mcg	Un	5	30/11/2026
Exclusiva	7	65.02.19.00124901-0	DESMOPRESSINA, acetato, 4mcg/ml, solucao injetavel, ampola com 1ml.	Un	10	30/11/2026
Exclusiva	8	65.02.19.00002715-4	DIPIRONA, sodica 500 mg.	Un	4000	30/11/2026
Exclusiva	9	65.02.19.00106638-2	ERITROMICINA, 1.000mg, po injetavel, frasco-ampola	Un	200	30/11/2026
Exclusiva	10	65.02.19.00002805-3	ETILEFRINA, cloridrato, solucao injetavel 10mg/ml ampola 1mL	Un	360	30/11/2026
Exclusiva	11	65.02.19.00116155-5	FILGRASTIM, 300mcg, solucao injetavel, frasco-ampola ou seringa	Un	70	30/11/2026
Exclusiva	12	65.02.19.00115077-4	IMUNOGLOBULINA, antitetanica 250UI/mL, solucao injetavel, ampola ou seringa preenchida, 1mL	Un	50	30/11/2026
Exclusiva	13	65.02.19.00126618-7	IPRATROPIO, brometo 0,25mg/mL , solucao inalacao frasco 20mL.	Un	200	30/11/2026
Exclusiva	14	65.02.19.00002902-5	LACTULOSE, solucao oral 667mg/ml, frasco com 120ml.	Un	200	30/11/2026
Exclusiva	15	65.02.19.00003213-1	OLEO mineral, puro, liquido oral, frasco 100 ml	Un	200	30/11/2026

1.2 O prazo de vigência da contratação é de noventa (90) dias, a contar da data da subscrição da Autorização de Fornecimento, observado o artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

2) FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Considerando o retorno do perfil assistencial do Hospital Geral de Camaçari e, visando garantir o atendimento mínimo necessário ideal para os pacientes, solicito autorização para aquisição dos itens a cima para ressuprimento desta Unidade, para um consumo e período médio de 90 (noventa) dias. Salientamos que o referido item não esta disponível no Sistema de Registro de Preço para saque.

3) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 O processo em questão envolve a aquisição de em quantidades suficientes para atender à demanda semestral do hospital, garantindo a continuidade do tratamento dos pacientes sem interrupções.

4) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1) 4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Não serão definidos critérios e práticas de sustentabilidade na contratação, conforme justificativa apresentada pelo gestor competente no Estudo Técnico Preliminar

1) 4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 A Administração **não** indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

1) 4.3 Exame de Conformidade prova de conceito e outros testes

4.3.1 Não será exigido exame de conformidade, prova de conceito ou teste.

1) 4.4 Vistoria

4.4.1 Não será exigida a realização de vistoria prévia.

1) 4.5 Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1) 4.6 Garantia da contratação

4.6.1 Não haverá exigência da garantia na contratação, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar (art. 96, caput, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

5) MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Regime de execução

5.1.1 A execução do objeto se dará da seguinte forma:

5.1.1.1 Início da execução do objeto:15(quinze)dias ,a contar da subscrição do fornecimento do medicamento.

5.1.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: 15 (quinze) dias;

5.1.1.3 Cronograma de realização dos serviços:15(quinze)dias;

1) 5.2 Local da entrega do material

5.2.1 Os materiais serão entregues no seguinte local: Setor de Farmácia (CAF) do **Hospital Geral de Camaçari**, situado na Av. Jorge Amado, s/n - Jardim Limoeiro, Camaçari - BA, CEP: 42805-000

5.3 Materiais a serem disponibilizados

5.3.1 O material a ser disponibilizado é o objeto principal desse termo de referência:

ATENOLOL, comprimido 25mg

ATROPINA, sulfato 10mg/mL (1%), solucao oftalmica, frasco 5mL

CEFUROXIMA 750mg, frasco-ampola.

CLOREXIDINA 2%, solucao alcoolica, almotolia com 100ml.

CLORPROMAZINA, solucao injetavel 5 mg/ml

DESMOPRESSINA acetato de 0,1mg/mL spray nasal. Frasco com 25 doses de 10 mcg

DESMOPRESSINA, acetato, 4mcg/ml, solucao injetavel, ampola com 1ml.

DIPIRONA, sodica 500 mg.

ERITROMICINA, 1.000mg, po injetavel, frasco-ampola

ETILEFRINA, cloridrato, solucao injetavel 10mg/ml ampola 1mL

FILGRASTIM, 300mcg, solucao injetavel, frasco-ampola ou seringa

IMUNOGLOBULINA, antitetanica 250UI/mL, solucao injetavel, ampola ou seringa preenchida, 1mL

IPRATROPIO, brometo 0,25mg/mL , solucao inalacao frasco 20mL.

LACTULOSE, solucao oral 667mg/ml, frasco com 120ml.

OLEO mineral, puro, liquido oral, frasco 100 ml

6) MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e da Lei estadual n° 14.634, de 2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, *caput*, da Lei n° 14.133, de 2021).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5°, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

6.2.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, *caput*, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.6 Compete ao(s)fiscal(is)do contrato ou ao(s)seu(s)substituto(s):

a) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

b) emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificar qualquer inexatidão ou irregularidade;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, data(s) do término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

h) acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário; e

i) atuar tempestivamente na solução do problema, caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, reportando o fato ao gestor do contrato para que adote as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.7 Em caso de não cumprimento das clausulas contratuais será aplicado a multa de 10% (dez por cento).

7) CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

7.1 Recebimento do Objeto

7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de quinze (15) dias, a contar da intimação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (art. 140, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de quinze(15) dias úteis, a contar do recebimento a(s)nota(s)fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado (art. 92, inciso VII da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

7.1.3.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

1) 7.2 Liquidação

7.2.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, adotará, na forma desse subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada expressa(m) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

7.2.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste Termo de Referência;

1) 7.3 Prazo para pagamento

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

7.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços - INPC do IBGE, *pro rata tempore*.

7.4 Forma de pagamento

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.

7.4.1.1 Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem anterior, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

7.4.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

7.4.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver.

7.4.4 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8) FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO
9) 8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O prestador de serviço será selecionado por meio de processo de **CONTRATAÇÃO DIRETA(** Dispensa Eletrônica).

1) 8. 2 Exigências de habilitação:
2) Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1 Habilitação jurídica

8.2.1.1.1 Para **PESSOAS JURÍDICAS**:

a) registro público, no caso de empresário individual.

b) em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.

c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.

d) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.1.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1) 8.2.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviço, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do prestador de serviço, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

e) prova de regularidade como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.1.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar no 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta a presente alguma restrição.

8.2.1.2.2 Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.1.2.3 O prestador de serviço enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n° 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1) 8.3 Habilitação Econômico-Financeira

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

b) índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral(LG)= (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral(SG)=(Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente(LC)=(Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

b.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

b.1.1) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.

b.2) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021).

b.3) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.4) O licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, contendo

Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.

b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor (art. 69, §1° da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

8.2.1.3.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

1)

a) 8.4 Qualificação Técnica

(x) Não será exigida a demonstração de qualificação técnica na contratação de que trata este Termo de Referência. Nota: a não exigência de demonstração de qualificação técnica deverá ser justificada nos termos do inc. III do art. 70 da Lei Federal n° 14.133, de 2023.

8.2.1.4.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade técnica do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.3 Regras a cerca da participação de matriz e filial:

a) se o licitante fora matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;

c) a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;

c) se o licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

8.2.4 Regras a cerca da participação de consórcio:

a) a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado;

b) Na hipótese de o consórcio não ser formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.2.5 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste Termo de Referência.

8.2.5.1 Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

8.2.5.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

8.2.5.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado–CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

9) ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R$ R$ 52.847,70 (Cinquenta e dois mil, Oitocentos e quarenta e quatro sete reais e setenta centavos)**, conforme custos unitários constantes na tabela anexa a este Termo de Referência.

Lote/ Item	Código SIMPAS	Item	Quant	Prazo	Valor Unitário	Valor Total
1	65.02.19.00111657-6	ATENOLOL, comprimido 25mg.	1500	30/11/2026	R$ 0,08	**R$ 120,00**
2	65.02.19.00123184-7	ATROPINA, sulfato 10mg/mL (1%), solucao oftalmica, frasco 5mL	100	30/11/2026	R$ 13,07	**R$ 1.307,00**
3	65.02.19.00125707-2	CEFUROXIMA 750mg, frasco-ampola.	100	30/11/2026	R$ 9,35	**R$ 935,00**
4	65.02.19.00121141-2	CLOREXIDINA 2%, solucao alcoolica, almotolia com 100ml.	4500	30/11/2026	R$ 3,34	**R$ 15.030,00**
5	65.02.19.00002650-6	CLORPROMAZINA, solucao injetavel 5 mg/ml	50	30/11/2026	R$ 5,34	**R$ 267,00**
6	65.02.19.00016610-3	DESMOPRESSINA acetato de 0,1mg/mL spray nasal. Frasco com 25 doses de 10 mcg	5	30/11/2026	R$ 145,82	**R$ 729,10**

7	65.02.19.00124901-0	DESMOPRESSINA, acetato, 4mcg/ml, solucao injetavel, ampola com 1ml.	10	30/11/2026	R$ 30,10	**R$ 301,00**
8	65.02.19.00002715-4	DIPIRONA, sodica 500 mg.	4000	30/11/2026	R$ 0,29	**R$ 1.160,00**
9	65.02.19.00106638-2	ERITROMICINA, 1.000mg, po injetavel, frasco-ampola	200	30/11/2026	R$ 124,00	**R$ 24.800,00**
10	65.02.19.00002805-3	ETILEFRINA, cloridrato, solucao injetavel 10mg/ml ampola 1mL	360	30/11/2026	R$ 1,84	**R$ 662,40**
11	65.02.19.00116155-5	FILGRASTIM, 300mcg, solucao injetavel, frasco-ampola ou seringa	70	30/11/2026	R$ 29,11	**R$ 2.037,70**
12	65.02.19.00115077-4	IMUNOGLOBULINA, antitetanica 250UI/mL, solucao injetavel, ampola ou seringa preenchida, 1mL	50	30/11/2026	R$ 66,85	**R$ 3.342,50**
13	65.02.19.00126618-7	IPRATROPIO, brometo 0,25mg/mL , solucao inalacao frasco 20mL.	200	30/11/2026	R$ 1,34	**R$ 268,00**
14	65.02.19.00002902-5	LACTULOSE, solucao oral 667mg/ml, frasco com 120ml.	200	30/11/2026	R$ 5,00	**R$ 1.000,00**
15	65.02.19.00003213-1	OLEO mineral, puro, liquido oral, frasco 100 ml	200	30/11/2026	R$ 4,44	**R$ 888,00**
					Valor Total	**R$ 52.847,70**

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e contratada, conforme especificado na matriz de risco constante do contrato.

10) ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas para o pagamento da presente contratação correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN	Função	Sub função	Programa	P/A/OE
0069	**10**	**302**	**435**	**2641**
Região/ planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	
9900	**3.3.90.30.000**	**1.500.0.130.000000.00.00.00**	**Normal**	

10.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Camaçari, 10 de Novembro de 2026

Adailton da Silva Santos

Coordenador de Farmácia do HGC

Documento assinado eletronicamente por **Adailton da Silva Santos**, **Coordenador III**, em 10/11/2026, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00153716096** e o código CRC **474D11B7**.